

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Dissertação

E não tomarão as Bênçãos: Casamento viúvo no Paraná Colonial

Ana Elisa Pereira Lara
10/0048005

Brasília, Julho de 2014.

O Casamento entre os Viúvos Escravos no Paraná no final do Século XVIII e Início do XIX

Ana Elisa Pereira Lara

Trabalho apresentado para a obtenção do diploma de graduação na Universidade de Brasília
Brasília, Julho de 2014.

Sumário

Capítulo 1: O casamento e a viuvez na historiografia Página 5

1.1 Definições clássicas

1.2 Abordagem da historiografia

1.3 Metodologia

Capítulo 2: São José Página 15

2.1 A conquista da região

2.2 Demografia local

Capítulo 3: As motivações por trás dos casamentos Página 20

3.1 Motivos culturais e econômicos

3.2 As motivações dos escravos

3.2 Os motivos dos viúvos

Introdução

O estímulo inicial desse estudo foi a constatação, ao trabalhar com a documentação aqui utilizada, de que as viúvas eram tratadas de forma diferenciada na hora de casar de novo, em especial nos registros feitos pelo vigário Theodoro José de Freitas Costa, que esteve na Paróquia de São José dos Pinhais entre o final do século XVIII e o início do XIX¹.

A partir daí, junto com o interesse pelos matrimônios que envolviam os cativos – principalmente do caso de uma escrava viúva que se casou com as benções do dito padre – surgiram os questionamentos sobre os limites e possibilidades do matrimônio na época colonial do Brasil, e como isso era possível, não apenas uma vez, mas duas, em se tratando dos cativos viúvos, pessoas com liberdade cerceadas pelo sistema escravista.

O Matrimônio não é um rito acessível para todo o mundo colonial como são os batismos. Apesar de ser a única forma estabelecida pela Igreja para os leigos exercerem a vida sexual, a burocratização e os preços a serem pagos eram altos, sendo acessível e exigido na prática somente a uma elite, por isso a baixa quantidade de registros. No caso dos escravos, é provável que os matrimônios fossem sustentados pelos senhores, já que o escravo quase não tinha dinheiro. A viuvez escrava era algo raro já que o casamento também era. Assim, o recasamento escravo se tornava algo ainda mais difícil de ocorrer.

Esse trabalho procura investigar, no capítulo 1, a historiografia acerca da família e do casamento no Brasil, além de explicitar as definições mais clássicas dos conceitos. Veremos que os principais conceitos passam pelos autores clássicos como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, e que a historiografia acerca da família escrava considerada como tal é muito recente, pois, até então, não se considerava que na senzala existissem famílias nos moldes clássicos.

Já no capítulo 2 procuraremos investigar o ambiente de São José, em que ocorrem os matrimônios investigados, assim como a influência da formação de São José na formação da família local. Veremos que a população de São José dos Pinhais foi constituída pelo assentamento das famílias em uma economia pecuária, com a presença de administrados e pouco tráfico de escravos, assim como a miscigenação entre esses elementos.

O capítulo 3 explora as motivações tanto dos Senhores quanto dos escravos para unirem-se em matrimônio, procurando responder também as motivações dos viúvos para a

¹ MACHADO, pág. 149; Registros de casamentos de São José dos Pinhais.

realização de um novo matrimônio apesar de toda a burocracia envolvida. As motivações de ambos por vezes se encontram.

Optou-se, nesse estudo, diferenciar o conceito de matrimônio e casamento. Matrimônio é a cerimônia e seu processo em si, envolvendo toda a burocracia e seu ritual. Já o casamento é a convivência entre os cônjuges, sua coabitação e mais tantos outros sentidos apresentados no capítulo 1.

Palavras como senzala e casa grande são utilizadas aqui apenas com o propósito de fazer uma comparação entre dois lugares sociais diferentes, já que em São José dos Pinhais, lugar de poucos escravos, a senzala pode ser sido pouco ou quase não utilizada.

Capítulo 1

1.1 Definições clássicas

O casamento é, de acordo com a tradição da Igreja Católica, a base da família. É somente através dele que as uniões entre os leigos são consideradas legítimas e produzem filhos legítimos. Falar sobre ele é, portanto, traçar um panorama da sociedade colonial do final do século XVIII. Segundo Carrasco, o matrimônio se configura como o pilar básico de aproximação com a população de certo tempo². Ele é visto também como o principal instrumento de cristianização da população portuguesa depois da catequese, além de ser a base da economia colonial, economia essa essencialmente familiar, segundo a tradição Freyriana.

O registro de matrimônio é algo recente na história europeia. Foi resultado de um longo processo de discussão da Igreja católica entre os séculos XI e XIII e culminou com a redação do Concílio de Trento, por volta de 1545. Nesse concílio, o casamento passou a ser considerado mais um sacramento da Igreja, remédio para os desejos carnaais e canal de propagação do amor cristão. Em termos práticos, resultou na obrigatoriedade dos registros nas paróquias no mundo católico cristão³. É importante destacar que os sacramentos da Igreja Católica são o “roteiro” da vida cristã na Igreja. Todos os sete sacramentos incorporam e acompanham a vida do cristão, sendo o primeiro o batizado e por último a unção.

Antes de ser considerada um sacramento, havia o costume de ter um casamento de fama: o casal estava junto tempo o bastante para serem reconhecidos como casados. Havia, também, o matrimônio por juramento diante dos pais. Depois do concílio, esse casamento de fama passou a ser classificado como concubinato⁴.

O esforço de contra reforma da Igreja era fazer com que o casamento, que é o único dos sacramentos pertencente apenas aos leigos, passasse para o poder secular ao invés de continuar apenas no poder doméstico e paterno. Havia também o costume de que o noivo pedisse consentimento ao pai da noiva e, assim que fosse concedido, o casal jurava em frente ao pai e fossem morar juntos, já casados - chamado de casamento de juras. Nesse sentido, por vezes houve conflitos com o poder papal que se esforçava para deslocar o poder de casar os noivos para os eclesiásticos, ao mesmo tempo em que a coroa preferia que o poder paterno de

² BLANCO CARRASCO, Pág. 1.

³ CAMPOS e MERLO, pág. 337.

⁴ SILVA, Pág. 111.

conceder permissão aos noivos prevalecesse⁵.

O esforço era, também, no sentido de evitar que infiéis se casassem com os fiéis, ao exigir o processo de banhos e dispensas para o casamento⁶. Ao mesmo tempo, o concílio intencionava que a cristandade católica se espalhasse, pois impedia casamentos entre parentes de até quarto grau com o objetivo de ampliar os laços entre os cristãos.

Já nas leis civis baseadas nas Ordenações Filipinas, prevalece o princípio de igualdade entre os cônjuges, tendo eles os mesmos direitos e deveres no casamento. Essa lei civil também reconhecia que, mesmo no casamento feito sem as bênçãos da Igreja – casamento de juras, o costume de até então – marido e esposa deveriam manter a fidelidade e coabitarem. As Ordenações também previam várias punições para os adúlteros e transgressores do casamento. Isso acontecia, segundo Adriana Campos e Patrícia Merlo, porque as normas eclesiásticas eram pouco cumpridas, daí a intervenção da coroa⁷. Assim, foi implantada uma grande burocracia de documentação, tanto da parte da Igreja quanto da Coroa, para se realizar o matrimônio.

Os documentos mais citados em grande parte dos registros de casamento de São José são o Concílio de Trento e o *Rituale Romanum*, documento burocrático que contém as normas de se realizar um matrimônio. De acordo com *rituale*, o registro de casamento deve conter os nomes completos dos noivos, a declaração de que não havia impedimentos, a filiação dos noivos e das testemunhas, a idade dos noivos e, no caso de viuvez, o nome do falecido conjugue⁸. Infelizmente, nem todos os requisitos são encontrados nos registros feitos pelos párocos de São José, sendo a idade, por exemplo, omitida em toda a documentação usada. A fórmula usada na maioria dos matrimônios de São José é a de juramento por presença e por palavras dos noivos, que indica a simbologia de aceitação do casamento: Era preciso aceitar em voz alta e estar presente diante do padre.

Havia casos especiais do qual existiam suspeitas de impedimentos tais como os laços consanguíneos, e nesses casos os noivos tinham que obter a dispensa do Bispo local para receber as bênçãos. Mesmo nos casos normais, os noivos deveriam passar por vários processos de banhos e proclamas para verificar se havia qualquer tipo de impedimento. As proclamas eram rituais que procuravam averiguar se nenhum dos noivos já eram casados fazendo os padres declararem que o noivo e a noiva iriam se casar. Já os banhos eram

⁵ MACHADO, pág. 145.

⁶ PIMENTEL, pág. 4 a 5

⁷ CAMPOS e MERLO pág. 339 a 341.

⁸ SILVA, 115.

processos burocráticos para averiguar os sacramentos feitos pelos noivos, como o batismo, por exemplo.

No Brasil, existia um documento oficial mais específico, as chamadas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Usado desde 1707, ele servia de guia para os párocos nas freguesias pelo Brasil afora, e era baseado no Concílio de Trento⁹. A idade dos noivos, a indissolubilidade do casamento e a não consumação do casamento antes da cerimônia em si são algumas das tônicas das Constituições¹⁰. Há também uma lista de impedimento e transgressões com relação ao casamento, assim como admite a promessa de casamento por palavras – chamada de esponsais - como válida se pensada como impedimento para novos casamentos¹¹.

O papel dos esponsais, nesse sentido, foi um problema para a Igreja. Apesar de ter peso de impedimento ao matrimônio, nas constituições é deixado claro não confundir esponsais com o matrimônio em si, e que não se tenha cópula seguida à promessa de casamento. Os esponsais, segundo Maria Beatriz N. Da Silva, eram parte do ritual do matrimônio sendo a promessa o começo da espera e do planejamento dos noivos¹².

De acordo com as Constituições, os escravos tinham a permissão de se casarem com escravos ou livres, pois essa era a lei de Deus e da natureza. Cabia aos Senhores favorecer as uniões, assim como zelar também pela indissolubilidade do casamento. Embora o casamento não mudasse o status de escravo dos noivos, eles eram relativamente livres para escolher sua esposa/seu marido.

Quem casava com quem? Primeiro, é preciso lembrar que o casamento não podia ser desfeito exceto por circunstâncias especiais. Portanto, a decisão era bem pensada. Segundo Maria Nizza, a partir do princípio de igualdade.

O princípio de igualdade entre os noivos era a fórmula de um casamento ideal. Essa igualdade se refere às condições materiais, de saúde, etárias e sociais dos noivos; contanto que os noivos viessem da mesma camada social e da mesma idade, seu casamento seria sucedido na procriação dos filhos e na contenção dos impulsos sexuais¹³. Apesar do critério de idade presente nas constituições primeiras, não raro havia diferença grande entre os noivos, sendo a mulher mais nova e o homem mais velho o caso mais recorrente. Essa diferença era facilmente ignorada conquanto os outros critérios batessem. Já a diferença social

⁹ CAMPOS e MERLO pág. 342.

¹⁰ CAMPOS e MERLO, pág 344.

¹¹ SILVA, pág. 84.

¹² SILVA, pág. 85.

¹³ SILVA, pág. 66

entre os noivos poderia virar “caso de polícia”, como mostra Maria Beatriz, ao relatar um caso de prisão para o impedimento de um matrimônio em São Paulo, o que demonstra os instrumentos de permanência na sociedade hierarquizada¹⁴.

Além desse princípio de igualdade, existia também o princípio de racionalidade: os noivos deveriam se casar não porque estavam apaixonados, mas porque suas condições sociais e de caráter casavam um com o outro. Para a sociedade cristã colonial, a paixão era algo indesejável por não poder ser controlada e ser irracional¹⁵.

Nesse sentido, a prática indígena confundia os colonos. Na sua interpretação, os casamentos indígenas eram todos irracionais, obedecendo a necessidades biológicas e circunstanciais. Por isso, classificaram o casamento indígena como “natural”, sem a domesticação da religião cristã que os colonos tinham. Com estudos antropológicos mais recentes, observa-se que o matrimônio indígena segue uma lógica diferente à lógica cristã. Uma vez que o casamento cristão era remédio para o descontrole sexual e fonte de procriação legítima, o casamento indígena (de acordo com os escritos de Anchieta) seguia uma lógica de proteção. Por isso a ocorrência de bigamia para prover as mulheres velhas e viúvas. Dentro dessa lógica, o incesto indígena diferia do incesto cristão, pois considerava as condições de recasamento com parentes próximos benéficos, mas parentes distantes nem tanto¹⁶. Já o incesto cristão tencionava impedir que os cristãos não se espalhassem casando somente entre si. De qualquer forma, a lógica de proteção existia de uma forma ou de outra.

Segundo Cacilda Machado, os esforços principais da Igreja no Brasil colonial não eram tanto para condenar o adultério e destacar a indissolubilidade do casamento, mas sim para combater as uniões ilícitas, com ênfase nas relações dos cativos¹⁷. É desse esforço que se construiu a ideia, por vezes encontrada na historiografia, de que os escravos e pessoas de baixo status sociais tendiam a se amancebar muito mais que os livres e brancos. Mas esse é assunto para o capítulo 3.

1.2 Abordagens da historiografia

Não há como definir o casamento sem definirmos o que é família. Segundo Sheila Faria, a definição mais clássica de família achada antes dos séculos XVI a XVII na Europa era

¹⁴ SILVA, pág. 69

¹⁵ SILVA, pág. 70

¹⁶ SILVA, pág. 32 a 33.

¹⁷ MACHADO, pág. 146

a da família nuclear: pai, mãe e filhos. Depois disso, foi introduzida a noção de coabitação para se formar uma família, incluindo-se criados e agregados. Junto com a noção de coabitação, também esteve presente a noção de parentesco, pessoas com laços sanguíneos que não coabitam a mesma casa. A noção de família perpassa, então, por três conceitos principais: a casa, o local da família; a consanguinidade, não essencial para a família, mas que é o núcleo; a relação de dependência econômica, o que define o chefe dessa família¹⁸. O conceito usado nesse trabalho procura dar conta dos casamentos encontrados na região de São José dos Pinhais, em que o índice de casamentos dos cativos é menor se comparado com as grandes escravarias do Brasil colônia¹⁹.

Se existe um começo para a história do casamento e da família no Brasil, esse começo seria marcado pelas obras de Gilberto Freyre e a sua influência na historiografia brasileira. Pioneiro na utilização de fontes como inventários, testamentos e diários de viajantes - sua principal fonte - Freyre deu vida a uma das grandes teorias explicativas do Brasil colonial: a família patriarcal.

Na família patriarcal, o senhor da casa grande é quem verdadeiramente detém o poder de mando no Brasil. Segundo esse pensamento, a sociedade colonial girava em torno desse chefe de família. A família, nesse contexto, passou a significar não somente os laços sanguíneos e a coabitação entre as pessoas; falava-se, então, da família estendida da qual o Senhor de escravos tomava conta - agregados, escravos, afilhados e etc. A família escrava, dentro desse contexto, era a extensão da grande família da casa grande sem ou com pouca autonomia enquanto família²⁰. Para Freyre, não era possível falar em família entre os negros escravos devido à sua moral que foi “corrompida” no contato com os senhores brancos, assim como as circunstâncias na senzala, impossibilitando o comprometimento do casamento²¹. O principal conceito para se definir a família para Freyre, portanto, é o seu chefe²².

De acordo com Robert Slenes, assim como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior acreditava ser a falta da família consequência da exploração da escravidão, deixando os cativos com pouca ou nenhuma condição de se constituir família. Para Florestan Fernandes, a liberdade era o principal fator que impedia a família na senzala. Como não eram livres para sustentar sua família, ela mal ocorria dentro da senzala. Em outras palavras, assim como para

¹⁸ FARIA, pág. 40.

¹⁹ MACHADO, pág. 93

²⁰ FARIA, Pág. 46.

²¹ MOTTA, pág. 181.

²² FARIA, Pág. 46.

Freyre, o chefe de família era um conceito chave para a constituição da família²³.

Estas definições carregam vários problemas metodológicos em se tratando da sociedade colonial. Compadrios, agregados e escravos seriam partes periféricas no "reinado" dos chefes de família, que alargariam a família estendida de Freyre, com pouca ou nenhuma autonomia²⁴.

Ao longo do século XX, as possibilidades de novas fontes foram surgindo e, com isso, novos métodos e conceitos para fazer história da família. A definição clássica de Freyre traz vários problemas ao se consultar mais fontes – ou reler as velhas – na medida em que Freyre fez pouca crítica às ideias por vezes etnocêntricas dos viajantes e sua centralidade no casamento católico. A família escrava, pouco numerosa, é verdade, foi ganhando mais interpretações e nuances de autores como Hebe Mattos e Manolo Florentino.

Para Manolo Florentino e Roberto Góes, por exemplo, a família escrava era parte do sistema escravista. Significa dizer que constituir família era um acordo de paz entre senhor-escravo, e servia para conter eventuais rebeliões. Já para Hebe Mattos, a família escrava é também parte do escravismo, mas serve de competição entre os cativos na procura de uma vida como os brancos²⁵.

A discussão dos conceitos de família e casamento com o esforço de renovação historiográfica é recente. Até então, a historiografia mais tradicional reproduzia esses conceitos tal qual era mostrado nas documentações: família nuclear com pai, mãe e filhos; casamento com testemunhas e a benção do pároco²⁶. As relações como mancebia e concubinato eram as periferias do casamento tradicional, já que o casamento é pensado como estável e indissolúvel. No entanto, outras interpretações da documentação vieram nos mostrar que o casamento dentro desses parâmetros, como queriam os eclesiásticos, não era a regra, mas muitas vezes a exceção. E é nos baseando nesses novos estudos de historiadores como Cacilda Machado, Silva Faria e Maria Beatriz Silva que pretendemos analisar o caso de São José dos Pinhais, parte da capitania de São Paulo.

Os estudos de Maria Beatriz Silva, apesar de serem baseados nos arquivos de São Paulo, servem para a nossa análise na medida em que ela usa, além dos registros de matrimônios em si, os adágios portugueses, textos que refletem boa parte daquilo que os portugueses idealizavam para o matrimônio e o casamento. De acordo com Silva, o conceito

²³ SLENES, pág.

²⁴ FARIA, pág. 48 a 49.

²⁵ SLENES, pág. 55

²⁶ SILVA, pág. 5

ideal para dar conta das famílias complexas do período colonial é a da coabitação com laços conjugais, sejam eles legítimos ou ilegítimos, assim como os laços paternais²⁷. O conceito chave seria para ela, portanto, a coabitação.

Para o nosso trabalho procuramos dar conta dos casamentos dos cativos levando em conta que eles eram pessoas privadas de seu direito de ir e vir, dificultando definir a família como as pessoas com quem se coabita e a sua estabilidade. Se considerarmos o estudo de Florestan quando nos diz que a dificuldade da família era a dificuldade de se ter um chefe, temos então outro conceito difícil de se aplicar no caso dos cativos: sendo ele próprio dependente de outros, dificilmente seria um chefe de família adequado nos moldes pensados. Diante disso, tendemos a concordar com Sheila de Castro faria quando nos diz que:

*Está mais do que claro que o termo “família” extrapolava os limites consanguíneos, a coabitação e as relações rituais, podendo ser tudo ao mesmo tempo, o que não só pressupõe como também impõe que a história da família, no Brasil, inclua em suas análises as demais relações além de consanguinidade e da coabitação*²⁸.

É um conceito que estende a família escrava para além da senzala e para além de um chefe de família padrão. É com isso em mente que pretendemos entender a família escrava através do matrimônio e do casamento entre eles. Para isso, utilizamos os casos de viúvos e viúvas escravos por entender que viúvos era condição de poucos, e viúvos que casavam de novo menos ainda.

1.3 Metodologia

Esse trabalho foi feito nos marcos do projeto “Afogando em nomes e em relações sociais”, parceria entre UFRJ, UFF, UnB e UFPR.

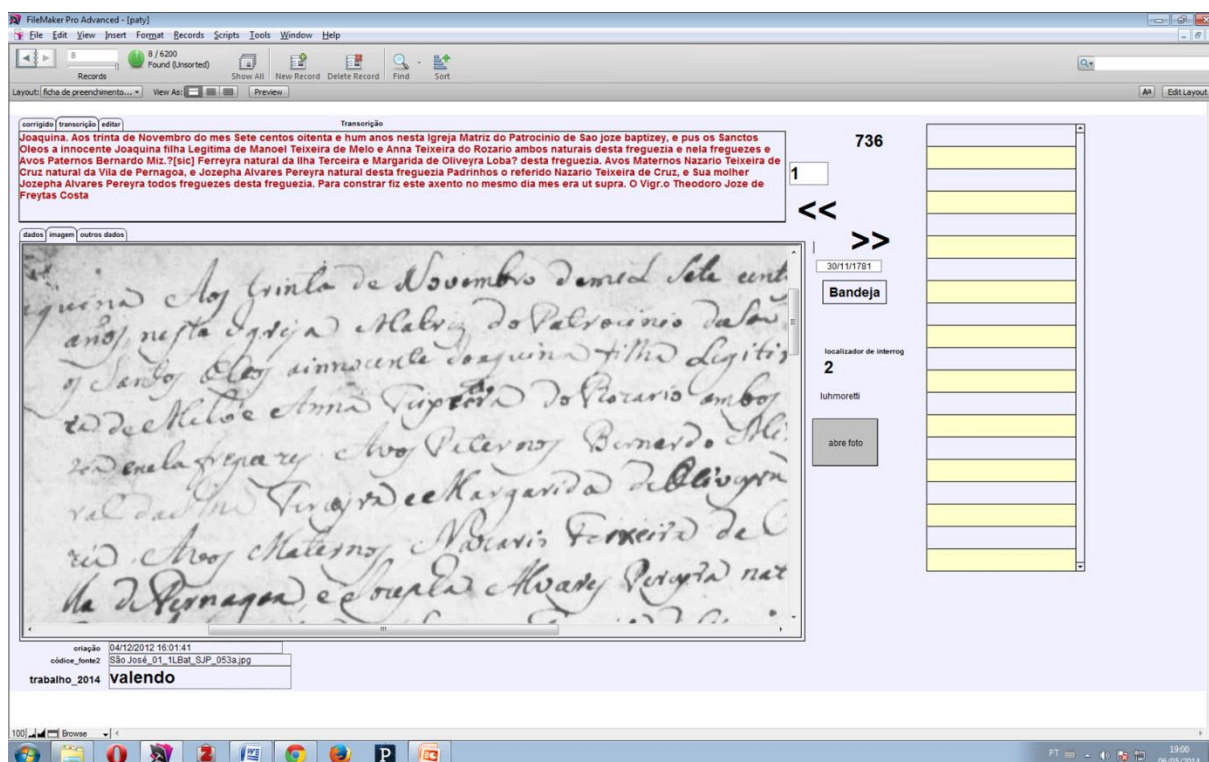
O trabalho da equipe passou pela etapa de ler, transcrever e analisar documentos como os livros de batismos e matrimônios da paróquia de São José dos Pinhais. Alguns resultados foram apresentados no Rio de Janeiro em 2013 na ocasião do seminário do projeto mencionado, e contou com a ajuda da autora aqui mencionada Cacilda Machado, além das contribuições oportunas de Martha Daisson Hameister e Robert Guedes Ferreira.

Como proposta de trabalho, utilizamos a base de dados “Paty” feita em File Maker a fim de armazenar dados tirados dos documentos para facilitar a organização de

²⁷ SILVA, pág. 4

²⁸ FARIA, pág. 43

informações específicas dentro dos documentos gerenciados. Na base que chamamos de paty, o trabalho é feito transcrevendo os casamentos e batismos da imagem original escaneada para um campo de transcrição. A transcrição foi feita de modo literal, preservando a forma gramatical com que os padres escreviam. No caso de imagens muito apagadas ou pouco legíveis, foi utilizados recursos de editores de imagens para dar mais nitidez nas letras por vezes indecifráveis dos padres de São José.



Depois, algumas palavras são corrigidas automaticamente pela base, facilitando a segunda fase de correção e abastecimento do banco de dados.

Depois de corrigido, separamos informações como o nome dos noivos, senhor dos noivos, pai e mãe dos noivos, testemunhas e avós, além de ser possível colocar informações adicionais tais como origem dos noivos, testemunhas e etc. Na parte dos batismos as informação são semelhantes, mas com diferentes campos e com um layout diferente, pois engloba também a legitimidade da criança. Abaixo, um exemplo do programa Filemaker com a transcrição da noiva Rita:

corrigido

transcrição

editar

Aos quinze dias do mes de Fevereiro de mil setecentos setenta e quatro da tarde nesta Igreja Matriz da freguesia do Patrocinio de São José em minha presença das pessoas abaixo nomeados, assignadas Manuel escravo de Manuel das Torres e Antonio casado escravo de João da Rocha Dantas pessoas de mim conhecidas e moradores desta freguesia, depois de feitas as denúncias na forma do sagrado concilio tridentino e constituição do Bispado sem descobrirse empedimento algum canonico nem a saber. Se receberão in facia eclesia por palavra de presente José com Rita Viuva que ficou de Chripim escravo e q foi do capitam Antonio Francisco, ? contratantes ambos do gentio de guiné escravos do sobredito, João da Rocha Dantas, moradores ? nesta freguesia. Logo receberão ? na forma do ritual Romano. Para constar fiz este asento no mesmo dia mes era ut supra. O Vigário Teodoro José de Freitas Costa. Signal de Manuel Vaz. Signal de Antônio Fuvi.

dados

imagem

outros dados

Noivo

Noiva

Local de Casamento

viuvo de:

viuva de:

Avô paterno

Avô paterno

Avô Paterna

Avô Paterna

Avô Materno

Avô Materno

Avô Materna

Avô Materna

Testemunha1

Testemunha2

inf

quem

agente_relacionado

informação

Manuel

Manuel

João da

Antonio

Estado

Testemunha2

Antonio

Casado

São

Rita

Antonio

Chripim

Frequesia

São José

Igreja Capela propriedade

Igreja Matriz

Padre

Teodoro José de Freitas Costa

Livro

Página

São José -

Casamentos_01_1LMat_SJP

_045.jpg_11929

Data do casamento

15/02/1764

5

Após essas etapas, cada registro pode ser facilmente pesquisado por palavras chaves no campo desejado. Para procurar por viúvas e viúvos. Por exemplo, é preciso digitar “viuv” no campo de pesquisa acima e filtrar os resultados obtidos. Outro método é o de incluir pessoas que tenham senhor no campo designado e assim em diante.

O total de batismos conta com 6200 registros, já a base de matrimônios conta com 1226 registros, dentre eles 106 tem alguma menção à palavra escravo ou escrava (palavra chave “escrav”). A quantidade de registros que se refere a casamentos onde um dos noivos eram escravos são de 80, e a quantidade de menção à viúvos é de 242. Dentre esse resultado, o total de casamentos que são de viúvos é de 142 registros.

14

Capítulo 2

2.1 A conquista da região

Hoje em dia, São José dos Pinhais é uma cidade próxima de Curitiba e pertence ao estado do Paraná. No tempo do nosso estudo, porém, a localidade (considerada freguesia desde 1759²⁹) era parte da capitania de São Paulo, junto com o chamado “Paraná tradicional”. São José contava com cinco bairros, os quais eram Arraial, Piraquara, Bairro do Bromado, Campo Largo e Mandirituba.



Até agora, há duas explicações para o surgimento e o crescimento desta freguesia ao longo do período colonial. A primeira explicação diz que, por ser um caminho entre vários locais estratégicos para o comércio, como a freguesia de Curitiba e o litoral, assim como se localizar perto da área de mineração de Arraial Grande e outros, os primeiros habitantes se

²⁹ SBRAVATI, pág. 47.

instalaram ali. A segunda explicação defende que São José surgiu, a exemplo de muitas freguesias paranaenses, a partir da atividade mineradora ali presente³⁰. Como São José, outras freguesias vizinhas foram se formando com o mesmo intuito, mas como a exploração do ouro não durou para sempre, logo a atividade agrícola e a criação de gado ganharam destaque com o declínio da exploração³¹. O processo de povoamento de São José se baseou no assentamento de pessoas que iam em busca de ouro e índios para servir de mão de obra.

A economia de São José girava, então, basicamente entorno da produção agrícola de subsistência e na criação de animais no final do século XVIII³². Por causa disso, as escravarias em São José eram pequenas se comparada com as escravarias da parte agroexportadora do Brasil³³. A quantidade de domicílios com apenas um escravo ultrapassava a quantidade de domicílios com muitos escravos. Em 1827, por exemplo, os domicílios com apenas um escravo eram de quase 80%³⁴.

Parte da agricultura produzida em São José era mandada para São Paulo e para o litoral com o intuito de chegar ao Rio de Janeiro e na Bahia³⁵. Isso significou, também, que a expansão da freguesia em questão territorial foi guiada pela expansão da criação e invernagem do gado. Cabe destacar que a atividade conhecida como “Bandeiras” lá também ocorreu. As Bandeiras eram iniciativas dos habitantes no sentido de tornar as terras mais habitáveis. Os chamados bandeirantes exploravam as terras inexploradas com a esperança de manter seu pedaço de terra, encontrar ouro ou índios para escravizar³⁶. Foram eles, também, parte da origem da povoação de São José. Os indígenas eram tomados pelos bandeirantes como administrados, já que a Coroa proibiu a escravização deles.

A presença indígena, seja nas invasões seja como mão de obra, era constante em São José. Muitas vezes, era vista pelos colonos como inimigos, e outras como aliados. O ambiente do sul do Brasil era, portanto, de invasões e guerras tanto da parte indígena quanto da parte dos “brancos”³⁷.

Em São José, a mão de obra principal ainda era a escrava de origem africana (principalmente crioulos), mas também formada pelos escravos indígenas na forma de

³⁰ SBRAVATI, pág. 40.

³¹ MACHADO, pág. 27.

³² MACHADO, pág. 60.

³³ MACHADO, pág. 30.

³⁴ MACHADO, pág. 48.

³⁵ MACHADO, pág. 32.

³⁶ MACHADO, pág. 28.

³⁷ NADALIN, pág. 228.

escravos obtidos pela “guerra justa” e tornados administrados³⁸. Esses indígenas trabalharam e construíram a economia local tanto quanto os escravos africanos. A quantidade de escravos de origem africana, no entanto, era pequena, pois a criação de gado não exigia tantos braços, além disso, não havia grandes engenhos de açúcar, por exemplo, que demandassem grandes escravarias. São José, nesse sentido, era uma exceção ao resto da América portuguesa onde a quantidade de escravos africanos muitas vezes superava a quantidade de livres³⁹.

A parte urbana de São José, assim como boa parte da América portuguesa, era despovoada e sofria poucas modificações porque a grande riqueza de São José residia nos campos⁴⁰. Apesar das propriedades expandirem nos campos, na parte urbana houve pouca ou nenhuma modificação entre o final do século XVIII e início do XIX. São José era basicamente rural.

2.2 Demografia local

A população estimada de São José é de 1.282 no ano de 1789 e de 4.660 no ano de 1853⁴¹. A época da explosão demográfica desse povoado é estimada, segundo Sbravati, a partir do ano de 1810⁴². A população escrava, nesse mesmo período, é estimada entre 23% a 10%, sendo o maior índice em 1776⁴³. Em 1782, por exemplo, correspondia a 15% da população total, já em 1804 eram apenas 11,5%. Os índices variam nessa faixa de 10% até o ano de 1830, quando a população total já chega a cerca de 3000 pessoas⁴⁴. Existia um total de 406 fogos em São José, cada bairro com uma média de 58 fogos.

³⁸ MACHADO, pág. 30.

³⁹ SBRAVATI, pág. 52.

⁴⁰ MACHADO, pág. 35

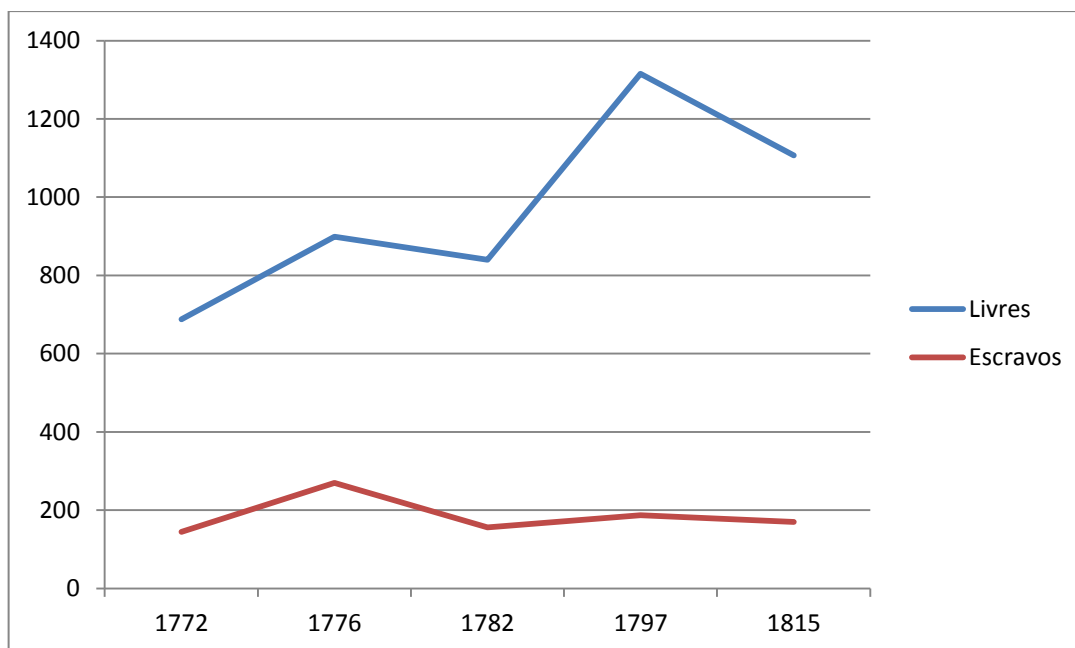
⁴¹ Fonte: <http://www.sjp.pr.gov.br/evolucao-da-populacao/>

⁴² SBRAVATI, pág. 73

⁴³ SBRAVATI, pág. 52.

⁴⁴ MACHADO, pág. 41.

POPULAÇÃO LIVRE E POPULAÇÃO ESCRAVA 1772 - 1815



Fonte: SBRAVATI, Myriam. Op. Cit. p 52.

Elaboração do Gráfico: Diogo Neves.

De acordo com Sérgio Nadalin, a história do Brasil é uma história de migrações⁴⁵. Ou seja, falar de uma região do Brasil na época colonial é falar sobre as migrações ocorridas no local. Com São José não é diferente. Como já foi dito, de início, a procura por metais preciosos e o interesse da coroa na consolidação do império português mais ao sul do Brasil levaram vários imigrantes a se aventurarem pelo oeste. Mas foi o assentamento desses imigrantes que aos poucos cultivaram as terras brasileiras que compôs o povoado de São José.

A demografia de São José era formada pelo trio clássico: escravo, livre e administrado. No Paraná, especialmente, a presença dos administrados era mais forte do que em outras partes da colônia naquele momento⁴⁶. Já a presença de escravos sofre declínio ao longo dos anos, demonstrando que a mão de obra escrava e administrada conviviam juntas e constituíram São José dos Pinhais⁴⁷. Era, como boa parte do Brasil, uma população constituída de mestiços de todos os tipos, consequência do processo de povoação de São José⁴⁸. A quantidade de escravos era, diferente do Rio de Janeiro nessa mesma época, baixa: é estimada em média de 10% da população total.

A proporção dos sexos era, se considerarmos apenas as mulheres brancas como

⁴⁵ NADALIN, pág. 222.

⁴⁶ MACHADO, pág. 38 e 39.

⁴⁷ MACHADO, pág. 42.

⁴⁸ NADALIN, pág. 230.

ideal para casamento, desproporcional no Brasil colonial. Como já foi dito, a sociedade de São José era uma sociedade essencialmente mestiça. Os jesuítas viam a necessidade de que a Coroa incentivasse a vinda de mulheres do Reino para que os homens livres se casassem partindo do princípio de igualdade no casamento, mas havia uma divergência com a opinião da Coroa. Para Portugal, era muito mais interessante naquele momento que os colonos conquistassem e defendessem os territórios da América, necessitando para isso mandar mais homens do que mulheres⁴⁹.

No caso de São José, vê-se pela documentação que a desproporção que preocupa os jesuítas era verdadeira. Sendo uma freguesia baseada na atividade de criação de gado e na agricultura de subsistência, assim como na presença indígena e africana como mão de obra, a proporção de miscigenação era alta, assim como a proporção de ilegitimidade.

No ano de 1793, por exemplo, o total de homens solteiros era de 683 e o de mulheres solteiras, 735. Se considerarmos os solteiros em idade de casar (entre 19 a 35 anos para os homens e 17 a 35 anos para as mulheres), apenas 67 homens e 133 mulheres estavam no mercado matrimonial naquele ano, dando uma proporção de aproximadamente 1,9 mulheres para cada homem. Um número relativamente equilibrado, mas que desconsidera a posição social das mulheres e homens em questão, dificultando o casamento igualitário tido como ideal. Além disso, a proporção de homens (14%) e mulheres (22%) em celibato definitivo era alta se comparada com a freguesia de Curitiba, o que reduz o mercado matrimonial⁵⁰. A proporção de casamentos em relação ao número de habitantes não é equilibrada, o que mostra que São José não sofria do “mal” do qual os jesuítas reclamam⁵¹.

Portanto, a Região de São José dos Pinhais foi marcada pela agricultura de subsistência e não teve nem grandes propriedades e nem grandes escravarias se comparada com as outras regiões da América Lusa. Como característica principal, essa subsistência moldou a forma com que a demografia do local se formou. A população de São José era constituída principalmente de livres e mestiços, fruto das condições de povoamento, do pouco tráfico de escravos africanos e dos povos que lá já viviam.

⁴⁹ SILVA, cap. 3

⁵⁰ SBRAVATI, pág. 113.

⁵¹ NADALIN, pág. 232.

Capítulo 3

3.1 Motivos culturais e econômicos

Segundo Carlos Bacellar, o casamento para a elite era fonte de expansão e/ou estabilização das riquezas. A quantidade de casamentos que ocorriam dentre duas famílias que mantinham laços comerciais demonstrava que a elite desejava manter a sua riqueza entre sua rede, ao mesmo tempo em que a quantidade de casamentos entre primos intencionava manter a riqueza entre os laços sanguíneos. O casamento entre pessoas de baixo nível social, por outro lado, ocorria pela baixa oferta de “qualidade” nos casamentos estudados, isso é, depois de feitos bons casamentos, restava poucas opções nos arredores⁵².

Para a sociedade portuguesa também o casamento era fonte de preservação e expansão de riquezas. Maria Beatriz N. Silva menciona que o casamento dos nobres e dos plebeus diferiam, em se tratando da partilha de bens, no regime adotado: enquanto na nobreza o casamento significava que a riqueza dos cônjuges seriam preservadas, para os plebeus significava a junção dos bens dos cônjuges⁵³. Significa dizer que o princípio de igualdade se aplicava, principalmente, ao quesito econômico dos noivos.

Além dos bens, a elite também prezava pela virgindade da mulher muito mais do que o homem de classe mais baixa. Segundo Sheila Faria, a mulher livre com filhos por vezes estava com mais vantagem no mercado matrimonial pelo fato de seus filhos serem mão de obra em potencial. Já a elite valorizava a virgindade da mulher pois entendia que filhos ilegítimos poderiam atrapalhar a divisão de bens, além de preservar a honra da família⁵⁴.

A escolha do cônjuge também obedecia a fatores regionais; na maioria das vezes, depois de feita as alianças principais, ainda sobravam filhos para casar. É por isso que, segundo Carlos Bacellar, os noivos eram escolhidos também por fatores geográficos: por vezes agregando migrantes, por vezes agregando pessoas com eminente ascensão social. É dessa agregação que ocorria a miscigenação da elite⁵⁵. Em São José, a maioria dos noivos

⁵² BACELLAR, pág. 98.

⁵³ SILVA, pág. 99.

⁵⁴ FARIA, pág. 64.

⁵⁵ BACELLAR, pág. 100 e 101.

eram nascidos e batizados na mesma localidade, sendo o índice de mulheres naturais de lá maior em aproximadamente 15% dos noivos naturais da freguesia⁵⁶.

O casamento para a elite era entendido, portanto, como uma fonte de renda e ascensão social, além de carregar o significado cristão do remédio para a concupiscência citado no capítulo 1. Esses conceitos, no entanto, não iam de encontro com o que os senhores de escravos desejavam para os seus cativos.

Pela lógica escravista, ter a quantidade proporcional de escravos e escravas era um ideal para os senhores com muitos escravos. Além de ser uma possibilidade ter outra geração de escravos com a prole, facilitava também a possibilidade de casamentos entre os próprios escravos. No caso de São José, a organização do trabalho voltado para a pecuária junto com as poucas condições de tráfico foram um dos fatores determinantes para a quantidade de matrimônios entre cativos existentes serem poucos. A pecuária permitia maior estabilidade das condições materiais e da família, visto que requeria residência fixa. Por outro lado, com o pouco tráfico de africanos e a quantidade de administrados, a união entre escravos era desproporcional. Para os senhores, era visto principalmente como fonte de reprodução de mão-de-obra escrava⁵⁷.

Mais do que isso, o casamento entre escravos do mesmo dono entravam na lógica da partilha dos bens dos senhores para os seus herdeiros. Cacilda Machado mostra que havia uma tendência dos senhores em passar um casal como herança para os filhos para a reprodução dessa mão-de-obra⁵⁸. Aos senhores de escravo interessava o casamento dentro da mesma casa entre os seus próprios escravos também por questão de segurança. Seja por temer atos de rebeldia como o suicídio ou até mesmo a fuga, alguns escravos tinham esse poder de barganha para com os seus senhores⁵⁹.

No total de 30 matrimônios de escravos com o mesmo dono, o senhor que mais casou seus escravos foi Amador Bueno da Rocha com três casais, seguido de Nazario Teixeira da Cruz com dois. Dentre os donos diferentes encontrados em São José, o parentesco mais óbvio é o de José Mendes Machado e João Mendes Machado que casaram seus escravos Ricardo e Antônia em 1812. Outros parentescos são apenas especulação, como o de Gertrudes

⁵⁶ SBRAVATI, pág. 177

⁵⁷ MACHADO, pág. 93 e 95.

⁵⁸ MACHADO, pág. 103.

⁵⁹ MOTTA, Pág. 189 a 191.

Maria e Margarida de Oliveira. Ambas aparecem em um registro de casamento no ano de 1802 como mãe e filha respectivamente.

O concubinato e a chamada “mancebia” eram a periferia do casamento segundo os preceitos da Igreja Católica. Segundo Maria Silva, concubinato era o nome que a Igreja dava para os vários costumes apresentados na colônia, que incluía práticas indígenas e práticas do concubinato laico em Portugal⁶⁰.

Nas uniões indígenas, práticas como poligamia e mancebia eram, segundo os jesuítas, práticas incorporadas às práticas dos colonos que ali chegavam. Ao mesmo tempo, as práticas de concubinato laico eram frequentes na metrópole pois o matrimônio não era o ritual mais difundido entre os cristãos ainda, não tendo assim distinção profunda entre as práticas indígenas e europeias. Mais do que a Igreja, era a sociedade que autorizava e desautorizava um casamento chamando-o de mancebia. Se por um lado a elite buscava a segurança social e financeira com o casamento, os cativos procuravam a segurança dos direitos já conquistados.

3.2 As motivações dos cativos

Com matrimônio ou não, a historiografia mais recente vem mostrando que as famílias escravas existiam dentro e fora das senzalas. Em São José, o número de casamento entre escravos do mesmo senhor é alta se comparada com o casamento de escravos de senhores diferentes. Foram 30 matrimônios realizados por cativos do mesmo dono encontrados na base de dados e apenas 11 realizados entre donos diferentes, considerando somente o casamento entre dois escravos.

Apesar de poucas, os cônjuges com origem de diferentes senzalas podiam apresentar parentesco entre os senhores dos escravos envolvidos, como mostrado no tópico anterior⁶¹. Se por um lado ao senhor do escravo cabia ser o tutor do seu casamento – e escolher o cônjuge – o fator do ambiente social pareceu pesar muito mais nessa escolha. Afinal, era preciso pagar os banhos e as dispenas emitidas pelo clero, e dinheiro era algo que para um escravo nem sempre estava disponível. Já foi dito que o matrimônio é um privilégio de poucos, por isso nos impressionamos com casos como o de Maria. Escrava de um capitão,

⁶⁰ SILVA, pág. 37

⁶¹ MACHADO, pág. 149.

casou-se Anselmo depois de receber a dispensa por segundo grau de consaguinidade. Se já era difícil casar, imaginem com dispensa, que requeria muito mais papéis.

A mulher escrava exercia um papel fundamental em se tratando das famílias da senzala. Para alguns historiadores, é mais fácil se falar de família matrifocal em se tratando dos cativos pois o índice de ilegitimidade era grande, limitando assim a família escrava possível somente ao laço sanguíneo entre mãe e filhos⁶². No mercado matrimonial, a mulher escrava era a última opção de casamento por dois motivos; primeiro, porque os filhos da união se tornariam escravos⁶³. Segundo, porque a mulher escrava já era pensada de antemão como a mulher para casos passageiros, sendo a sua virgindade irrelevante se comparada com a mulher branca⁶⁴.

A quantidade de mulheres escravas que se casaram com um homem livre conta com 18 registros. Desses homens livres, apenas um foi liberto e um administrado, o que é um dado importante, dadas as características da época. Consequência de um mercado matrimonial desfavorável para os homens? Tendo a acreditar em Machado quando diz ser essa uma estratégia dos escravistas para obter mais mão-de-obra em uma região com quase nenhum acesso ao tráfico de escravos. A estratégia é casar o agregado com uma escrava e, além de ter a mão-de-obra do agregado, a possibilidade de mão-de-obra nos filhos do casamento⁶⁵. Estamos assumindo, é claro, que o senhor tinha controle sobre a escolha dos escravos, o que não é absoluto. Pode ser possível, também, que esses homens livres casaram-se com essas escravas na tentativa de obter a liberdade de viver com elas fora da senzala.

No caso dos homens, no total de 15 escravos que casaram com mulheres livres, 6 foram com mulheres libertas e 9 com mulheres livres. São 62 escravos casados no total, dando uma porcentagem de quase 25% dos casamentos masculinos com mulheres livres. Já as mulheres escravas aparecem no total de 65 registros, 18 deles são de casamentos com homens livres, dando uma porcentagem de cerca de 27% dos casamentos analisados de escravas com livres.

Na cabeça dos cativos, não era necessário que a família existisse dentro dos padrões católicos estabelecidos nas “Constituições Primeiras”. Por outro lado, havia a vontade

⁶² MACHADO, pág. 149

⁶³ FARIA, pág. 317.

⁶⁴ FARIA, pág. 67.

⁶⁵ MACHADO, pág. 53.

de se encaixar nesses padrões⁶⁶. Primeiro porque, ao fazerem isso, os escravos preservavam seu espaço social. Era uma forma de fazer com que seus senhores reconhecessem e respeitassem – o que muitas vezes significava manter juntos – seus familiares. Dito de outra forma, os cativos se utilizaram das regras católicas para benefício próprio⁶⁷.

Casar não mudava a condição cativa dos escravos, sejam eles mulher ou homem. Mas no Brasil colonial acontecia, com certa frequência, casamentos entre forros e escravos, escravo e escravo e etc. Se o modelo pensado pelos portugueses era o do princípio de igualdade, os escravos o descumpriam quase sempre. As motivações deles para subirem ao altar era, portanto, diferente das motivações dos brancos. Se, para os brancos, estava em jogo a legitimidade dos seus filhos, a dos cativos nem tanto. Sendo a escravidão passada através do ventre materno, os casamentos entre escravos não produziam filhos livres, apenas legítimos. Qual seria a vantagem de se ter um filho legítimo sendo escravo ainda é difícil de dizer, pois a documentação é escassa nesse sentido. Sabemos que, em São José, 62 escravos e 65 escravas casaram ao total, dando um índice de 10% de todos os casamentos aqui estudados. Concordamos com Machado quando ela diz ser esse dado indício de que o matrimônio foi instrumento de luta política pela autonomia e ascensão social⁶⁸.

O descumprimento da norma não dita do princípio de igualdade e por causa da dificuldade burocrática dos casamentos levava, muitas vezes, a elite considerar os forros e escravos pessoas promíscuas. Promíscuas porque, muitas vezes, não viam a necessidade subir ao altar para registrar seus casamentos, e muitas vezes traziam concepções de casamento que não se relacionavam com a concepção cristã. O discurso de promiscuidade dificultou e ainda dificulta os historiadores a entender a família na senzala e fora dela. Se por um lado os motivos dos cativos não seguem os preceitos cristãos, por outro eles fazem parte dessa sociedade. Como afirma Sheila de Castro, “... aos escravos interessava o casamento católico, mas dependiam de outras variáveis, principalmente as originadas dos interesses dos senhores”⁶⁹.

Tanto aos senhores de escravos tanto aos próprios escravos interessava o matrimônio como um ideal, mas o objetivo do casamento diferia entre esses dois estratos

⁶⁶ FARIA pág 313.

⁶⁷ FARIA, pág. 323 e 336.

⁶⁸ MACHADO, pág. 202.

⁶⁹ FARIA, pág. 313.

sociais. Para o escravo estava em jogo manter suas relações familiares, agradar ao senhor ou até mesmo imitá-los na procura de ascensão social. A segurança das relações sociais, no entanto, era algo almejado tanto pelos senhores quanto pelos cativos.

3.2 Os motivos dos viúvos

A viuvez é um campo pouco explorado em se tratando da história da família no Brasil, talvez pelas poucas fontes encontradas, que em sua maioria são fragmentos. Dos poucos viúvos presentes na documentação, ainda há a possibilidade de que muitos deles não revelavam a sua condição se assim fosse possível por questões práticas, como para evitar a burocracia.

A quantidade de viúvos que encontramos na nossa base de dados ao procurar a palavra “viúvo” é de 184 dentre os 1226 totais, em comparação com a quantidade da palavra “viúva” de apenas 73 ocorrências. Nessa procura, não se considera se os viúvos citados são noivos ou não.

Dentre esses registros, os viúvos que de fato se casaram são 105 noivos viúvos e 42 noivas viúvas. É igual o número de viúvos e viúvas que casaram-se com escravos: 4 homens e 4 mulheres. No caso dos homens, três eram livres e um era escravo. No caso das mulheres, todas eram escravas.

Isso mostra o contraste do papel de gênero do viúvo e da viúva. Enquanto o papel da mulher enquanto viúva cabia o recato e a salvaguarda da honra, ao homem a opção era casar-se de novo para voltar a exercer a sua sexualidade novamente de forma “legal”⁷⁰. A Igreja não restringia o casamento de pessoas viúvas, aparentando igualdade nesse sentido. No mercado matrimonial, as viúvas estavam em vantagem na medida em que, se tivesse posse de algum bem, esse seria passado para o novo marido, o chamado “sucessor do defunto”⁷¹. Mesmo assim, a quantidade de viúvas recasadas não supera a quantidade de viúvos que subiram ao altar de novo. A viuvez feminina era, por vezes, um título permanente⁷².

É por isso que foi curiosa a escolha do padre Theodoro, e de alguns outros mais, de não abençoar as viúvas. Vejamos o exemplo de Antônia do Rosário: seu matrimônio foi realizado no ano de 1797 com o escravo Benedito. Também escrava, ela era viúva de Matias – escravo - e não recebeu as bênçãos do padre. Ana Gonçalves casou-se de novo em 1769 com Bonifácio depois de enviudar do Capitão José Dias mas mesmo assim não recebeu as bênçãos.

⁷⁰ GOLDSCHMIDT, pág. 19.

⁷¹ DE ALENCAR.

⁷² DE ALENCAR.

O padre dessa vez era diferente: Domingos Roiz Costa. O Padre Francisco de Paula Prestes também escolheu não abençoar Escolástica ao se casar de novo em 1831. São três momentos diferentes com três padres distintos, todos recusando a bênção às viúvas. Nos viúvos pesquisados, todos receberam as bênçãos normalmente.

Podemos dizer, então, que a viuvez para o homem é diferente da viuvez para as mulheres. Para eles, a viuvez não interrompe a vida sexual “legal”, mas para elas é esperado que sejam “honradas”. A viuvez é um estado transitório para o homem, mas não para as mulheres.

A historiografia presente sobre a viuvez é, infelizmente, escassa. Como já foi dito, como tema de estudos é raro, e aparece superficialmente em alguns estudos sobre casamento, família e etc. Procuraremos, portanto, dar sentido às motivações dos viúvos quanto ao recasamento utilizando as fontes e as poucas interpretações achadas.

O índice de recasamento em São José varia de 7,8% a 9,2% para os homens, correspondente ao período de 1776 a 1800 e de 1801 a 1852, e o de mulheres apenas 1,5% a 3,7% no mesmo período. Esse índice reflete as condições de vida da mulher, que facilmente enviuvavam seus maridos na hora do parto, ao mesmo tempo em que os homens procuravam o recasamento com mais frequência⁷³. Como já foi dito, era natural o recasamento masculino, mas não o feminino.

O número de viúvas que ficaram sem bênçãos é de 19, sendo apenas uma abençoada: Rita. Ela, além de ser viúva e ter se casado de novo, era escrava e viúva de um escravo.

O caso de Rita nos chama muito a atenção: Rita se casou de novo com José em 1774 depois de ficar viúva de Crispim. Ela é a única viúva que recebeu as bênçãos para casar-se de novo. Mas procurar informações sobre ela para entender o porquê da bênção não é fácil, principalmente porque ela, como escrava, não tem sobrenome que possa distingui-la das outras tantas Ritas. A nossa principal hipótese é que poderia ter sido um erro. O vigário Teodoro José de Freitas, quem deu as bênçãos, pode ter se enganado e escrito errado. Por outro lado, seria o caso de estudar a possibilidade das bênçãos dadas pelos padres terem sido instrumentos de barganha, tendo a Rita participado neste jogo de poder.

De qualquer forma, casos como o de Rita podem nos dar indícios das motivações dessas viúvas. Assim como o casamento, casar de novo sendo viúva é um privilégio para poucos. Os escravos que se casam e recasam são pessoas que, além de reiterar o casamento

⁷³ SBRAVATI, pág. 116.

como privilégio, se utilizavam de um mundo cristão, das circunstâncias e das negociações com os senhores de escravos para garantir a segurança e a presença dos seus familiares.

Conclusão

A sociedade da América portuguesa é marcada pela hierarquização profunda dos seus membros. É essa hierarquização que permitiu que o sistema escravista perdurasse por tanto tempo no Brasil. Como pessoas que foram escravizadas, elas procuravam alternativas para abrandar seu estigma. O caso de São José é atípico na medida em que essa hierarquização perde forças a partir do momento em que os casamentos mistos ganham forças

O matrimônio, ao contrário do batismo, é a parte da vida cristã que se restringe à uma parte da sociedade, a elite. Ao mesmo tempo, a família é parte do ser humano. A formalização da família não impede os laços familiares de estarem presentes na casa grande ou na senzala.

A formalização da família para o estrato mais alto por muito tempo não foi necessário até se discutir o Concílio de Trento e, mesmo assim, demorou algum tempo até que a Igreja pudesse implementar essa formalização de forma satisfatória para ela. As transgressões ao casamento, apesar de punidas, eram os principais obstáculos para a formalização.

A família existe, sendo a pessoa escrava ou livre. A forma como ela se constitui, no entanto, difere no Brasil colônia. As pessoas escravizadas traziam costumes e concepções que, apesar de muitas vezes coincidir com o pensamento da elite – como o casamento laico – sofria a distinção típica da hierarquização dessa sociedade. São José, como exemplo atípico dessa sociedade que, com poucos escravos, quase não utilizava-se dessa distinção, também nos serviu de exemplo das famílias escravas que existiam nesse período.

Percebemos que o padrão de casamento do escravo em São José seguia uma lógica própria, a da procura pela segurança familiar, na medida em que se casavam os escravos dentro da senzala; e a da inserção na sociedade, na medida em que os escravos casavam com livres na tentativa de passar a liberdade para as próximas gerações. No caso das mães cativas, o casamento ainda assim seguia a possibilidade de segurança e proteção aos filhos, mesmo que também cativos.

O caso dos viúvos nos serve de exemplo na medida em que explica que o padrão de recasamento segue a mesma lógica de segurança de um primeiro casamento. A viuvez feminina, pensada como o fim do chefe da família e o desamparo da viúva, tomou uma forma

diferente se pensarmos no caso de pessoas como a Rita. Mais do que isso, desloca a concepção de família para outras partes que não o chefe de família, como diz o modelo Freyriano, ou do local da família. A família se alimenta dos três conceitos; lugar, laços sanguíneos e seu chefe, não sendo nenhum desses conceitos definidores da família. Nem mesmo o matrimônio estabelecido pelo clero é capaz de definir a família

O casamento podia ser privilégio de poucos, mas a família jamais foi.

Bibliografia

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BLANCO CARRASCO, José Pablo; SANTILLANA PÉREZ, Mercedes. Mercado matrimonial, migraciones y movilidad social en Extremadura, ss. XVI-XVIII. In: *Comunicação apresentada ao VII Congresso da la Asociación de Demografía Histórica/Associação de Demografia Histórica (ADEH)*, Granada. 2004. p. 1-3.

CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia M. da Silva. Sob as bênçãos da Igreja: Casamento de escravos na legislação brasileira. *TOPOI*, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 327-361.

DE ALENCAR, Ana Cecília Farias. *Sou “Dona Viúva”: As Cartas de Sesmarias eo papel das mulheres na capitania do Ceará (século XVIII)*. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371271354_ARQUIVO_ArtigoAnaCeciliaanpuh2013.pdf Acessado em 11/07/2014.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Rea. Virtude e pecado: sexualidade em São Paulo colonial. “Entre a Virtude e o Pecado”. In. Org. COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. Ed. Rosa dos Ventos. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1992.

MACHADO, Cacilda. *A Trama das Vontades: Negros, Pardos e Brancos na Produção da Hierarquia Social no Brasil Escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

NADALIN, Sérgio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. *TOPOI*, v. 4, n. 7, p. 222-275, 2003.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. O casamento no Brasil colonial: Um ensaio historiográfico. *Em Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História PPG-HIS/UnB*, n.9, Brasília, 2005.

SBRAVATI, Myriam. "São José dos Pinhais, 1776-1852: uma paróquia paranaense em estudo." *Curitiba: dissertação de Mestrado. Departamento de História, UFPR* (1980).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.